

Uma dama de paus no cerrado: sexualidades, memória e deslocamentos em contextos interioranos

*A queen of wands in Brazilian Cerrado: sexualities,
memory and displacements in interior contexts*

**Bruna Andrade Irineu¹,
Ayrton Senna Seraphim do Amaral²**

1. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero (NUEPOM/UFMT), bolsista de Pós-Doutorado Jr. (CNPq) e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <https://orcid.org/0000-0003-1158-5000> **brunairineu@gmail.com**

2. Professor do Curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG) e do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT. <https://orcid.org/0000-0002-3298-3350> **ayrtonsenna1994@gmail.com**

Resumo: Este texto reflete sobre migração e deslocamentos em contextos interioranos a partir da memória de pessoas LGBTI+, observando suas vivências entre paradoxos como consumo-lazer e violências-resistências. A partir da análise das seis entrevistas realizadas em um projeto de extensão, cujo objetivo foi produzir um documentário audiovisual sobre a primeira

boate LGBTI+ na cidade Palmas, capital do estado de Tocantins, coloca-se em tela processos de deslocamentos em contextos interioranos, especialmente articulados por migrações do interior a capital em busca de liberdade para vivência da sexualidade ou migrações de grandes centros para capital de um estado interiorano em busca de melhores condições econômicas também como forma de fuga das violências e violações de direitos humanos motivadas por orientação sexual e/ou identidade de gênero. A documentação audiovisual como estratégia para a preservação da memória e do patrimônio imaterial LGBTI+, assim como a coprodução de saberes entre ativismos e academia por via da extensão nas universidades públicas em um período que antecede a atual conjuntura de desfinanciamento das políticas de educação superior no Brasil servem também como pano de fundo para o debate desenvolvido neste artigo.

Palavras-chave: Sexualidades; Gênero; Memória; LGBTI+; Tocantins.

Abstract: This paper reflects on migration and displacements in interior contexts from the memory of LGBTI+ people, observing their experiences between paradoxes such as consumption-leisure and violence-resistance. From the analysis of the six interviews carried out in an extension project, whose objective was to produce an audiovisual documentary about the first LGBTI+ nightclub in the city of Palmas, capital of the state of Tocantins, displacement processes in interior contexts, especially articulated, are put on the screen. migrations from the interior to the capital in search of freedom to experience sexuality or migrations from large centers to the capital of an interior state in search of better economic conditions, also as a way of escaping violence and human rights violations motivated by sexual orientation and/or gender identity. Audiovisual documentation as a strategy for preserving LGBTI+ memory and intangible heritage, as well as the co-production of knowledge between activism and academia through extension in public universities in a period that precedes the current situation of underfunding of higher education policies in Brazil also serve as a background for the debate developed in this article.

Keywords: Sexuality; Gender; Memory; LGBTI+; Tocantins.

Introdução

Este texto reflete sobre migração e deslocamentos em contextos interiores a partir da memória de pessoas LGBTI+, observando suas vivências entre paradoxos como consumo-lazer e violências-resistências. A partir da análise das seis entrevistas realizadas em um projeto de extensão, cujo objetivo foi produzir um documentário audiovisual “No avesso da noite de Palmas” (2017), sobre a primeira boate LGBTI+ na cidade Palmas, capital do estado de Tocantins.

A lacuna de estudos sobre a sociabilidade LGBTI+ na região Norte brasileira, especialmente no Tocantins, foi um motivador central para o estudo que comunicamos neste artigo. Além dessa investida, cabe destacar que temos poucas histórias – contadas especialmente através de produtos audiovisuais – sobre a organização dos movimentos LGBTI+ fora dos grandes centros, o que também foi um determinante para formulação do projeto de extensão e pesquisa que aqui relatamos.

Entre recentes esforços para superar essas lacunas, estão os trabalhos de Fabiano Gontijo (2017). O pesquisador afirma que obras publicadas entre os anos de 1980 e 1990, como as de Peter Fry, Carmen Dora Guimaraes, Richard Parker, Luiz Mott, Nestor Perlongher, Jaqueline Muniz de Oliveira, Maria Luiz Heilborn e Jurandir Freire Costa, realizaram mapeamentos decisivos para instituição do campo de estudos de gênero e sexualidade no Brasil. No entanto, trataram em sua maioria de homossexualidades masculinas, em contextos urbanos, com pessoas brancas ou negras de locais urbanos, em regiões do Sul ou do Sudeste. Gontijo (2017) aponta ainda que na primeira década dos anos 2000 se amplia a existência de dissertações e teses atentas às particularidades da sexualidade no mundo rural, mas é apenas a partir de 2010 que aparecem as primeiras produções de nível de pós-graduação observando o contexto amazônico.

Bruna A. Irineu e Mariana M. Rodrigues (2015) ao desenvolverem um levantamento para constituição de um projeto de extensão enfocando a preservação do patrimônio imaterial LGBTI+ em Tocantins, indicam ter encontrado poucos registros históricos. Parte da produção encontrada envolvia um trabalho de conclusão de curso de Jornalismo na Universidade Federal de Tocantins e

um documentário “Under the rainbown” (2004), que conta a história da primeira parada do orgulho de Palmas. Em decorrência disso, as pesquisadoras contam como produziram o documentário “Memórias (In)visíveis: retratos do Tocantins LGBT” (2014), que recupera memórias dos primeiros espaços de militância de diversidade sexual e de gênero na região.

Tanto no documentário de 2004 quanto no de 2014, chama atenção o fato de que Palmas é descrita como uma capital promissora, já que é a mais jovem do Brasil. É também descrita como terra de oportunidade de trabalho e estudo para quem vem das outras cidades de Tocantins, mas também de outros estados, pelos concursos públicos que ali existiram nestes dez anos que dividem os dois filmes. A cidade também é descrita como conservadora nas falas das interlocutoras e dos interlocutores, que também indicam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontavam que Palmas, naquele período, estava entre as 3 capitais mais evangélicas do país. Os indicadores foram capitalizados pelas gestões municipais, que a transformaram em a “A capital da fé”, referência em carnaval gospel, porém, encerrando o fomento para o carnaval de rua. Uma capital que por sua juventude poderia endossar um estilo de vida progressista e plural, mas que repete características de outras cidades onde o moderno e o tradicional se imbricam reiterando valores, costumes e modos de vida regulados por uma moral sexual conservadora.

Moisés Lopes (2017), que tem se dedicado a refletir sobre diversidade sexual e de gênero no cenário mato-grossense, especialmente na baixada cuiabana, faz um alerta para o fato de que o contexto interiorano não pode ser pensado a partir uma simplória oposição entre capital e interior. O pesquisador propõe que observemos a dinâmica relacional imbricada no regime de visibilidade e invisibilidade; o silêncio e o segredo em torno dos corpos e sexualidades dissidentes; reiteração das estratégias homonormativas; formação de comunidades semelhantes acionando identidade, violência e resistência.

Neste sentido, Irineu e Rodrigues (2014), analisando as falas de suas interlocutoras/es – na faixa dos 30 a 45 anos, residentes em Tocantins há mais de 10 anos, sinalizavam que o pânico moral em torno dos modos de vida que escapam a rigidez da heterossexualidade, especialmente marcadas pela assunção

pública da homossexualidade, preservam no “reconhecimento de si” a particularidade do deslocamento deste sujeito para condição de abjeção – e de um certo exotismo – em contextos em que muitas vezes pode se “contar nos dedos” as pessoas LGBTI+ “assumidas” na pequena cidade.

Deste modo, é desse lugar que as interlocutoras e interlocutores do documentário, produzido entre os anos de 2016 e 2017, nos contam suas experiências, memórias e resistências. Coloca-se em tela processos de deslocamentos em contextos interioranos, especialmente articulados por migrações do interior a capital em busca de liberdade para vivência da sexualidade ou migrações de grandes centros para capital de um estado interiorano em busca de melhores condições econômicas também como forma de fuga das violências e violações de direitos humanos motivadas por orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Para tal, estruturou-se este artigo em três partes onde apresenta-se: I) o percurso metodológico para desenvolvimento do projeto de extensão, da produção do documentário e do extrato que elegemos para esta comunicação dos resultados; II) a análise do perfil sociocultural das 6 pessoas entrevistadas no documentário, com ênfase especial nos processos migratórios de cada um/a deles/as; III) a recuperação das memórias sobre a boate Damas de Paus, a primeira LGBTI+ de Palmas, enfocando conexões entre sociabilidade e consumo, bem como na relação entre violência e resistência. Finaliza-se indicando algumas perspectivas e indicações frente a problemática abordada.

No avesso da noite de Palmas: extensão universitária, pesquisa e memória LGBTI+

Ao deparar-nos com a ausência de registros históricos LGBTI+ em Tocantins, especialmente Palmas, tratamos de buscar maneiras de sistematizar e recompor memórias a partir da extensão universitária. Um trabalho coletivo já vinha sendo realizado, desde 2013, por grupos de pesquisa dedicados a estudar gênero e sexualidade em coprodução com o ativismo LGBTI+ local.

Neste mesmo período, nasciam iniciativas arquivistas como Centro de Documentação Luiz Mott (PR), Museu da Diversidade Sexual (SP), Centro de

Documentação João Mascarenhas (RS), bem como a digitalização do acervo da primeira ONG LGBT de Goiás pelo Sertão/UFG e a criação de uma Rede LGBT de Memória e Museologia Social (DF) com editoração da Revista Memória LGBT. Outras ações foram surgindo ao longo dos últimos 5 anos, como o Acervo Bajubá (SP), Museu Bajubá (RJ), e com característica de acervo virtual, o Arquivo Lésbico (DF/SP) e o MUTHA – Museu Transgênero de História da Arte (BA).

Nota-se que a urgência por preservação da memória e dos arquivos LGBTI+ é compartilhada nas mais distintas regiões do Brasil. E, considerando as ferramentas que dispúnhamos naquela conjuntura, a escolha feita para intervir nessa realidade envolveu a formulação e a execução do projeto de extensão intitulado “Uma Dama de Paus no cerrado: trajetórias da sociabilidade LGBT em Palmas/TO”. A proposta compreendeu o mercado enquanto um cenário de sociabilidade e construção de identidade do segmento LGBTI+. E, propôs produzir um vídeo-documentário com objetivo de retratar a memória de militantes, artistas, empresários/as e sujeitos LGBTI+ sobre a história de bares e boates que compuseram a noite palmense. Interessava-nos desenvolver um documentário destacando os processos de visibilidade e invisibilidade que constituem esses “guetos”.

Após registro do projeto nas instâncias institucionais, ele foi contemplado com edital do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e iniciamos a seleção de bolsistas. Alunas(os) dos cursos de Jornalismo e Direito, Campus de Palmas, da Educação Física, Psicologia e do Serviço Social, Campus de Miracema, se somaram à equipe formada por docentes da Educação e Serviço Social, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação e em Desenvolvimento Regional, além de ativistas LGBTI+ que se engajaram durante algumas etapas do projeto. Ao grupo agregou-se também um estudante de Cinema e Audiovisual de uma instituição de ensino de Mato Grosso. Uma equipe menor ficou responsável especificamente pela produção do documentário.

As etapas do projeto presumiam, um primeiro momento de levantamento de produções audiovisuais e bibliográficas que pudessem inspirar a fase de

elaboração e registro do roteiro do documentário na Biblioteca Nacional, na sequência a produção dele envolvendo especialmente a seleção das personagens, a gravação das entrevistas, a edição do material e o lançamento do documentário para a comunidade tocantinense, com posterior divulgação dele em festivais e mostras universitárias. Essas etapas envolveram dois anos de desenvolvimento do projeto de extensão. O projeto, que não recebeu recursos financeiros de nenhum órgão de fomento, teve apenas o apoio das bolsas de extensão e cultura da UFT, durante sua realização.

A produção do roteiro do documentário teve por inspiração duas acepções: a ideia de “código-território” de Néstor Perlongher, em que a articulação entre identidade e territorialidade são concebidas entendendo que os sujeitos se definem no curso e a partir de suas trajetórias marginais, em suas fugas, como equivalente à nau desejanse, circunscrevendo o desejo em outro funcionamento (PERLONGHER, 2005, p. 287); e a compreensão de Michael Pollak (1989) sobre o quão poderoso um documentário ou filme-testemunho pode ser para o rearranjo das memórias coletivas. Diálogos provocados por nossas leituras entre esses dois autores nos ajudam a entender os desafios em constituir arquivos LGBTI+, porque há uma explícita dificuldade de integrar as lembranças desses sujeitos dissidentes à memória coletiva da nação – a memória oficial.

A entrevista para um documentário reúne testemunho e reconstrução de si. Como pudemos constatar durante a produção do filme, funcionando muitas vezes como um momento de reconhecimento individual e coletivo para com os sujeitos entrevistados e os grupos de militância dos quais participam, por exemplo. Mas existe também uma tarefa fundamental de convencimento desses e dessas portadoras de “memórias marginais” de que aquele espaço tem condições de acolhimento no sentido de estimular a superação do sentimento de exclusão e reestabelecimento da verdade e da justiça (POLLAK, 1989).

A gravação do documentário foi feita em câmera *full* HD, Nikon D5300, lentes Nikkor 18-55mm e Sigma 70-300mm, optando por locações em lugares públicos ou nos espaços dos bares LGBTI+ narrados na história. Foram 6 pessoas entrevistadas, em 10 dias de produção, reunindo 7 horas e 58 minutos de entrevistas, que foram precedidas da assinatura do Termo de Cessão de

Imagem e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pré-seleção das cenas e edição delas foram realizadas em dois meses de trabalho, que incluíram a transcrição das legendas em português.

Após a finalização da edição, o documentário, com duração de 25 minutos, foi lançado em 2017, em uma exibição no SESC Palmas e disponibilizado no *youtube*, ferramenta que se articula bem com as estratégias de ampla divulgação e disponibilização gratuita.

Figura 1: Ficha Técnica do Doc. No Averso da Noite de Palmas.

No avesso da noite de Palmas
Duração: 25 minutos
Sinopse: No início dos anos 2000, Palmas vê surgir a primeira boate destinada ao segmento LGBT. Em meio ao cenário conservador tocantinense, nasce a Dama de Paus. Os depoimentos de seis entrevistadas/os, nos contam que mais do que um espaço de consumo, era ali o lugar de acolhimento e resistência, que impulsionou uma noite ao avesso da norma. Após seu fechamento, outros espaços abriram, mas poucos com a mesma potência de se poder ser real.
Direção: Bruna Andrade Irineu
Roteiro: Bruna Andrade Irineu e Ayrton Senna S. do Amaral
Montagem e Finalização: Ayrton Senna S. do Amaral
Edição de Imagem e Som: Ayrton Senna S. do Amaral
Direção de Fotografia: Bruna Andrade Irineu e Pedro Thiago Macedo
Cinegrafia: Bruna Andrade Irineu e Pedro Thiago Macedo
Direção de Produção: Bruna Andrade Irineu
Assistente de Produção: Gabriel M. Macário, Pedro Thiago Macedo e Mariana M. Rodrigues
Maquiagem: Gabriel Marques Macário
Fotografia Still: Bruna Andrade Irineu, Gabriel Marques Macário e Pedro Thiago Macedo

Fonte: NO AVESSO, 2017.

Entre os anos de 2017, 2018 e 2019, o documentário foi exibido em 5 campus da UFT, em mostras nas capitais da Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do

Sul, Goiás, Ceará e Santa Catarina. E foi exibido em um evento na Colômbia e em outro na Argentina. No ano de 2018 recebeu Menção Honrosa no V Festival Chico – Festival de Cinema e Meio Ambiente, realizado em Palmas, Tocantins. Há mais de cinco anos disponível no *youtube*, o filme tem cerca de 1.900 visualizações.

Figura 2: Capa do Doc. No Averso da Noite de Palmas.



O projeto de extensão, concomitantemente, se desdobrou na pesquisa intitulada “Memória, Processos de Organização Política e Sociabilidade LGBT em Tocantins”. A pesquisa também partilhou do intuito de preservar o patrimônio imaterial da população LGBTI+ através de sua memória buscando compreender

os processos de sociabilidade e invisibilização de violências e violações de direitos de sujeitos que se autodeclararam LGBTI+ no Tocantins. Observava-se que o reconhecimento da identidade desta população está à margem dos processos de cidadania¹, e que especialmente na região Norte do país os processos desumanizadores atuam como dispositivo reprodutor do gueto enquanto espaço possível para sociabilidade LGBTI+. Os objetivos específicos do estudo envolviam: Conhecer a história do movimento LGBTI+ tocantinense, em especial Palmas, Porto Nacional e Araguaína; identificar os espaços de sociabilidade e consumo LGBTI+ nestes municípios; verificar como as trajetórias LGBTI+ se interconectam com a história do movimento e dos espaços de sociabilidade.

Embora tivéssemos forte inspiração no trabalho da pesquisadora Débora Diniz, no documentário etnográfico “Uma história Severina”, além de muitas semelhanças com o que ela define como “roteiro etnográfico” (DINIZ, 2008), também compreendíamos nossos limites disciplinares e teórico-metodológicos, que nos impedia de assumir a nossa produção como um documentário etnográfico, o que nos conduziu a um modelo livremente inspirado nele, mas muito mais situado no universo jornalístico e artístico. E isso também rebarterá no percurso da pesquisa, iniciada por demanda do projeto de extensão.

Quanto a condução ética, para o processo inicial que envolveu a extensão, o ofício do profissional registrado como assistente social no conselho de área, bem como os componentes da equipe que são jornalistas, psicólogas e advogadas, garantia pela ratificação de nossos códigos de ética profissional, balizas e pressupostos éticos, suficientes no trabalho com seres humanos. Todavia, ao iniciarmos um processo integrado de extensão e pesquisa entendemos que era necessário que o projeto estivesse em consonância com procedimentos éticos para pesquisas acadêmicas, sendo respeitada a resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

1. Nos termos de Irineu (2019) entende-se por cidadania, o exercício de reconhecimento da identidade LGBTI+, o acesso a proteção e direitos sociais por esta população através da regulação e provimento do Estado, assim como a capacidade de representar-se nos processos decisórios políticos enquanto comunidade em sua ampla diversidade e pluralidade de demandas sociais, econômicas, políticas e culturais.

Essa linha tênue entre o universo artístico do cinema e o acadêmico é refletido por Diniz (2008) especialmente pelo prisma da ética em pesquisa. A pesquisadora nos ajudou a entender que era preciso estabelecer compromissos éticos para que não houvesse um documentário feito na base do sentimento de gratidão entre as ativistas entrevistadas e a equipe do projeto por também se tratar de pessoas inseridas na arena do ativismo LGBTQI+ local, que o aceite na participação fosse “genuína”. Entretanto, também cabe destacar que o caráter qualitativo da Ciências Humanas e Sociais predispõe o envolvimento de afetos e negociações entre pesquisadoras e interlocutoras de pesquisa, que também não foram ignorados neste estudo.

Em um pré-roteiro imaginamos uma amostragem de sujeitos mais restrito a proprietários/as de espaços de consumo LGBTQI+. Conseguimos a aceitação de três pessoas, mas na medida em que fomos conversando com elas, acabamos entendendo que havia uma certa urgência em recuperar a memória da primeira boate de Palmas, pois ela havia sido central para que os outros estabelecimentos que surgiram após seu encerramento existissem. Deste modo, acabamos dispensando aquele perfil inicial e adotamos o perfil de pessoas que viveram a Dama de Paus como proprietário, trabalhadora da casa ou como consumidor/a. Apenas um interlocutor escaparia desse perfil, por uma estratégia de corte geracional, onde pudéssemos então apresentar um ou uma jovem ativista proprietário de um bar galeria, que se apresentou na noite de Palmas como uma casa com valores autodeclarados feministas, antirracista e LGBTQI+, com acesso de baixo custo. Oportunizando, portanto, que o documentário narrasse de maneira implícita uma linha temporal e seus avanços nos direitos LGBTQI+, em um giro de 10 anos desde a criação, auge, encerramento da boate Dama de Paus e um curto registro do momento posterior.

Palmas era naquele momento, uma cidade de menos de 220.000 habitantes, e, toda equipe do projeto era bastante conhecida e engajada na militância feminista e LGBTQI+ local. Como alerta Diniz (2008) o desafio ético passava pela tarefa de esclarecimento metodológico por parte da equipe a todas as interlocutoras para que a entrevista fosse um “ato de expressão livre”, considerando inclusive que uma eventual recusa era possível e não acarretaria qualquer

consequência. Outro compromisso foi garantir que as pessoas entrevistadas fossem as primeiras a assistir ao filme editado e que apenas com o consentimento delas o filme seria finalizado. Foi garantido o direito de veto a cenas que acreditssem não serem de seu interesse a exibição. Após isso, o documentário estaria então apto a ser exibido na cidade, em uma sessão especial para os movimentos sociais, estudantes da UFT e convidadas/os das entrevistadas/os.

Essa experiência extensionista e investigativa, socializada nesse artigo, demanda reflexões sobre a distinção entre um documentário e os dados de um estudo articulado no campo das Ciências Sociais, a qual Diniz (2008) nos inspira explicar a partir de aspectos que nos fazem acreditar o quanto podem se complementar quando tratamos de comunidades historicamente alijadas de direitos, mas ao mesmo tempo produtoras de saber, conhecimento e estratégias de resistência, que manejam e negociam com as instituições oficiais.

Entrando em cena: *bichas, travas, giletes e sapatonas na terra do capim dourado*²

Diniz (2008) afirma que existem particularidades na pesquisa qualitativa por imagens se compararmos àquelas que por gravação de voz. Segundo a pesquisadora, a imagem “implode” qualquer promessa de privacidade, sigilo ou anonimato quanto ao uso de dados, comuns aos termos de consentimento livre e esclarecido das pesquisas. O que nos fez assumir a elaboração de um TCLE e um Termo de Uso de Imagem que indicasse às interlocutoras que suas histórias tornar-se-iam públicas no que fosse selecionado e autorizado a entrar no documentário.

Como mencionamos anteriormente, o volume de horas de gravação foi expressamente superior aos 25 minutos que um documentário curta-metragem

2. Capim dourado é uma vegetação típica do cerrado e de regiões ermas como o Jalapão, em Tocantins, e parte da população do estado, especialmente quilombolas e indígenas, tem produzido artesanatos deste material – que possui cor dourada – para sua subsistência. São feitas bolsas, arranjos de cabelo, brincos, anéis, colares, adereços para casa e escritório, por exemplo. Faz parte do cotidiano palmense frequentar as tradicionais feiras, onde se vende diversos alimentos diretamente do pequeno produtor, bem como artesanatos de capim dourado.

apresenta. Nesse sentido, parte das falas que este artigo expõe estão disponíveis de maneira pública, porém, outros extratos que destacaremos aqui, passaram por transcrição e como forma de garantir sigilo e anonimato, buscaremos expô-las de maneira a garantir sua privacidade.

Outra preocupação que tivemos na seleção das interlocutoras era garantir que o documentário não se restringisse a identidades gays, todavia a história da boate Dama de Paus, colocava em cena a centralidade da sociabilidade gay no contexto LGBTI+ em Palmas. Como uma das interlocutoras, lésbica, nos apontou, foi com a passar do tempo, que a “noite GLS³” palmense passou a incorporar programações de interesse das lésbicas, por exemplo a inclusão de *Go go Girls* nas noites de *strip-tease*. Ao mesmo tempo, a primeira boate abriu espaço para o início da cena *Drag Queen* local e cultivava também uma boa recepção às travestis, segundo outra interlocutora. A predominância gay entre quem entrevistamos resulta destes antecedentes, todavia cabe destacar que buscamos homens trans, que tivessem vivenciado a boate naquele período, mas encontramos alguns muito jovens, que não haviam conhecido a Dama de Paus, fato que acabou nos levando a iniciar uma outra produção audiovisual, enfocando a memória dos coletivos trans.

Assim pode-se observar o perfil etário e de identidade auto atribuída das interlocutoras, no quadro A. Entre as/os entrevistadas/os prevalece a idade acima dos 35 anos, cujas pessoas, no período de abertura e auge da Dama de Paus, figuravam em seus 28 a 35 anos. A exceção de um entrevistado, que diz ter chegado a cidade logo da tentativa da reabertura em outro espaço, todos viveram a Dama de Paus em seu auge.

3. Fazemos um paralelo, para destacar que o termo Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) surge na década de 1990, a partir da gênese do mercado direcionado a este público. Isadora Lins França (2007) aponta para a tentativa de tradução da ideia de *friendly* com a inserção do “S” e de uma certa ampliação das fronteiras do “gueto”, com objetivo de agregar consumidores não auto identificados como homossexuais.

Quadro A: Perfil etário e de identidade auto atribuída das/os interlocutoras/os no momento de gravação do Doc.

Identificação	Identidade autoatribuída	Idade
Interlocutor A	Gay	50
Interlocutor B	Gay	42
Interlocutor C	Gay	42
Interlocutora D	Lésbica	37
Interlocutora E	Travesti	36
Interlocutor F	Gay	24

Fonte: Pesquisa Direta.

Palmas é uma cidade fundada há menos de 35 anos, criada em maio de 1989, e a ideia de progresso da “mais jovem capital do país” será determinante também na caracterização do perfil das interlocutoras, em especial os fluxos e processos migratórios realizados por decisão pessoal, já na vida adulta, ou ainda na infância e adolescência motivado por decisão familiar. Deslocamentos e fluxos, em decorrência do mundo do trabalho, em experiências de vida em contextos interioranos também são percebidos no estudo de Passamani (2019).

No quadro B temos uma noção do deslocamento e migração das interlocutoras, que assinalam viver em Palmas ou no entorno dela, como Porto Nacional e Monte do Carmo, há mais de 5 anos no caso do entrevistado mais jovem e há mais de 10 anos para os demais. Oportunidade de trabalho/estudo e preconceito familiar são fatores levantados pelas interlocutoras. Os deslocamentos para outras cidades antes de mudar-se para Palmas é levantado por dois interlocutores, ambos em decorrência de LGBTifobia familiar.

Quadro B: Perfil de Deslocamentos Territoriais das/os interlocutoras/es do Doc.

Identificação	Tempo em Palmas	Origem	Migração
Interlocutor A	Desde 2006	Rio de Janeiro/ RJ	Oportunidade de emprego
Interlocutor B	Nasceu em Miracema e cresceu em Paraíso do Tocantins, morou em São Paulo, depois em Palmas 20 anos, migrou para Araguaína e voltou para Palmas	Miracema do Tocantins/TO	LGBTIfobia familiar e oportunidade de emprego
Interlocutor C	Nasceu e vive em Porto Nacional	Porto Nacional/TO	Se desloca semanalmente para capital para lazer
Interlocutora D	Desde 1989	Goiânia/GO	LGBTIfobia familiar e oportunidade de emprego
Interlocutora E	Meados dos anos de 1980	Tocantínia/TO	Transfobia na comunidade em que nasceu e viveu até a adolescência
Interlocutor F	Migrou para Palmas para cursar Jornalismo em 2011	Anápolis/GO	Aprovação na universidade

Fonte: Pesquisa Direta.

A atmosfera de oportunidade de emprego em uma cidade promissora atraiu especialmente aqueles que migraram de cidades maiores, como Goiânia e Rio de Janeiro, mas é especialmente abordada nas falas como garantia de sobrevivência e autonomia distante de um ambiente familiar discriminatório e violento. E, deste modo, o quadro C aponta para ocupações remuneradas exercidas pelas interlocutoras, dentre os quais aqueles/as que estão no trabalho formal com vínculos estáveis apontam ter conseguido este êxito recentemente. Todavia, o trabalho informal segue sendo a única alternativa especialmente para travestis, transexuais e lésbicas/gays cuja expressão de gênero desafia as normas e convenções de gênero, raça, sexualidade e classe social.

Quadro C: Perfil de Ocupação Remunerada das interlocutoras/es do Doc.

Identificação	Ocupação
Interlocutor A	Serviço público
Interlocutor B	<i>Maître</i>
Interlocutor C	Ensino de Dança e Educação Física
Interlocutora D	Serviço público
Interlocutora E	Profissional do sexo e Estudante de Nível Superior
Interlocutor F	Artista visual, produção cultural e Estudante de Nível Superior

Fonte: Pesquisa Direta.

Guilherme Almeida, Andressa Pilar e Zélia Gebrath (2014) afirmam que a identidade de gênero e a orientação sexual compõem as dimensões da vida social dos sujeitos, tornando-os marcadores sociais da diferença que, no contexto de violência e violações de direitos, são elevadas a desigualdades sociais que também se expressam na inserção na divisão sociotécnica e sexual do trabalho, bem como na (im)possibilidade de geração de renda. Em estudo feito no contexto tocantinense, Irineu e Rodrigues (2014) apontam que para suas interlocutoras LGBTI+, a autonomia financeira tornou-se a porta para possibilidade de vivências identitárias, inclusive para aqueles que, antes de migrar de uma cidade maior a Palmas, não viveram os espaços de consumo e sociabilidade LGBTI+.

Logo, é preciso destacar a maneira como a “presença formadora do armário” (SEDGWICK, 2007, p.23) impacta na vida das/os seis interlocutoras/es, de modo que a negação do desejo até a aceitação ou disposição para vivenciar a experiência LGBTI+ marcam esses sujeitos de formas diferentes, como apontam as falas das/os interlocutoras/es:

[...] não foi fácil pra mim me assumir como mulher, ainda mais com 14 ou 13 anos, então eu não tinha nenhuma amiga nem ninguém para me aconselhar, quem eu tinha era a Madonna, através da televisão, através das

entrevistas, através das ideologias de vida dela, então me apaixonei por ela. Assim que eu escutei *La Isla Bonita*, é minha música até hoje, assim, foi como eu me apaixonei por ela como pessoa. [...]. (INTERLOCUTORA E, 36 ANOS, 2016).

A discriminação maior mesmo era a questão trabalho, né? Porque você passa a trabalhar e naquela época de 1990, 90 e pouco, então você já ouvia piadinha, porque querendo ou não você tem o estereotipo e as pessoas já falavam que você era viado, viadinho, e você nunca quer ser, né? Na verdade, hoje o processo é bem mais fácil, mas naquela época... eu mesmo me olhei várias vezes no espelho e várias vezes me perguntei, várias vezes eu chorei, porque eu não queria ser gay, né? [...]. (INTERLOCUTOR A, 50 ANOS, 2016).

Os deslocamentos e fluxos migratórios aparecem nas falas quase sempre como decorrentes de processos de violência familiar, no ambiente de trabalho, escolar ou no contexto comunitário das pequenas cidades no entorno de Palmas, como Miracema do Tocantins, Tocantínia, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

Eu descobri que gostava de mulher com 13 anos de idade. Como a gente morava no interior, achava que não era certo gostar de uma pessoa do mesmo sexo. Quando vim para Palmas [depois de passar uns anos em Goiânia] foi quando me envolvi pela primeira vez com uma menina, estava com 15 anos de idade. Para a minha família foi meio complicado. Eles achavam que uma filha chegar grávida em casa era mais fácil do que falar para os pais que tinha uma lésbica na família. [...]. (INTERLOCUTORA D, 37 ANOS, 2016).

Tive [um momento da vida em que sofri com preconceito]. Foi quando um tio meu, um pouco afastado, falou para a minha mãe que não aceitava uma "macho-fêmea" na família. Aquilo para mim foi uma das piores coisas, porque acho que família a gente sempre tem como base, mas no dia em que

ele falou isso me senti muito mal. Só que eu falei “não é por causa dele que eu vou mudar”, independente de qualquer coisa eu vou ser o que sou, querendo ele aceitar ou não. (INTERLOCUTORA D, 37 ANOS, 2016).

Na época de escola era terrível porque eu morava em um setor que eu tinha que atravessar um outro para ir para a escola, né? E como era um setor, vamos dizer, não tão nobre, sempre que eu passava ficavam me xingando de mulherzinha, de viadinho, de pula moita, então na minha adolescência foi bem complicado. Mas eu sempre fui muito “topetudo” mesmo, não tinha vergonha de ser quem eu era, assim como hoje não tenho. (INTERLOCUTOR C, 42 ANOS, 2016).

Um elemento a ser considerado é o fato de que aqueles/as interlocutores/as que migraram para Palmas a partir de cidades pequenas vizinhas a observam como “um lugar mais aberto” e “permissivo” para pessoas LGBTI+ do que suas cidades de origem, enquanto aqueles/as que migraram de cidades como Rio de Janeiro e Goiânia percebem-na como “pouco acolhedora”, “provinciana” e “conservadora”.

Eu já tinha 40, então quando eu cheguei em Palmas... eu era um típico carioca eu tinha os cabelos pintados eu usava três brincos e vários colares que na época era maior daqueles colares agarradinho no pescoço e as pessoas não me viam nem como da área da saúde, quem dirá como fonoaudiólogo. [...] só com passar do tempo que eu fui descobrindo que era mesmo isso, era muito tradicional muito conservador. [...] Eu esperei até a hora de encontrar um emprego, de encontrar uma forma de subsistência para então recomeçar abrindo, mas eu nunca escondi não [...]. (INTERLOCUTOR A, 50 ANOS, 2016).

Neste sentido, corroboramos com Lopes (2017) quando nos alerta para a importância de não reproduzir, em nossas análises, a ideia de que o “interior do país” é um lugar de expulsão das pessoas LGBTI+ por ser lido exclusivamente como um lugar marcado pela tradição e pela violência. Em oposição a

fala anterior, um dos entrevistados nos descreve Palmas como um lugar “mais fácil” para viver a homossexualidade.

Quase todos os finais de semana, quando tem um evento que me chame atenção eu venho [para Palmas]. Na minha cidade acho que é bem mais complicado, porque é cidade pequena, né? É mais barzinhos mesmo, que você sai e vê mais movimento, tipo a orla da minha cidade, barzinhos que tem mais aglomerações de pessoas. Porto é mais complicado [viver a sexualidade], por ser uma cidade menor. Eu acho que Palmas é muito mais fácil. (INTERLOCUTOR C, 42 ANOS, 2016).

Lopes (2017) nos convoca a pensar se, ao afirmarmos essa condição do interior como um lugar unicamente opressor, não estaríamos reproduzindo noções previamente estabelecidas a partir do que nos é convencional. O pesquisador se apoia nos ensinamentos de Foucault e propõe que observemos a “face positiva” das relações de poder ao pensar contextos interioranos.

Ainda assim, nas falas de nossas interlocutoras/es, é inegável que os grandes centros urbanos ou até mesmo capitais de estados um pouco mais distantes ou menos populosos são vistos por eles como “rota de fuga” ou “porta de entrada” para se reconhecer e iniciar um processo de aceitação.

Eu fui pra Goiânia porque minha mãe saiu de lá para Paraíso [...] eu peguei, um dia conheci uma pessoa e passamos a ter um relacionamento. Um relacionamento complicado, a pessoa era casada com mulher e totalmente complicada com história... só que eu não tinha conhecimento do que era ser gay, como que funcionava a questão. Então pra mim tinha que ser aquela coisa muito bem escondida. [...] E aí foi onde eu comecei a me assumir, a me aceitar e conheci uma boate GLBT em Goiânia. [...] E aonde foi que me mostrou, que eu vi e falei assim: não sou o único, não sou só um. [...] chamava-se *Paradox*. Antes deu ir eu fiquei muito nervoso, minha mão suava muito, eu me tremia muito com medo e aí eu entrei, só que eu não vi nada anormal por ser uma boate gay, ninguém poderia se tocar e nada, mas foi

onde eu me encontrei, onde eu passei a me assumir [...]. (INTERLOCUTOR B, 42 ANOS, 2016).

Os deslocamentos para grandes centros, mesmo que em situações em que a/o entrevistada/o não migrou definitivamente, mas sim por um curto tempo, aparecem inclusive como a inspiração para criação da primeira boate LGBTI+ de Palmas. A exemplo, o fundador e proprietário da Dama de Paus, nos conta que passou um tempo em São Paulo, acolhido por um casal gay de Manaus, quando ainda tinha cerca de 20 e poucos anos. Lá ele conheceu casas noturnas e shows de *Drag Queens*, que foram determinantes em sua decisão de juntar forças para abertura de uma boate na capital tocantinense.

[...] a Blue Space foi um pouco da inspiração pra eu abrir o Damas e a Silvetty Montilla, foi um pouco da inspiração pra eu fazer meu show, que eu fazia aqui, né? [...] Eu conheci o *dark room* em Goiânia mesmo, né? Que era um quarto escuro, onde as pessoas têm uma liberdade de ficar mais à vontade com o seu parceiro ou até mesmo encontrar alguém lá dentro, né? E foi onde eu trouxe a ideia pra Palmas [...], (INTERLOCUTOR B, 42 ANOS, 2016).

Assim, neste esforço analítico de destacar a “face positiva” ou em alguma medida as resistências às convenções e hierarquias estabelecidas, elencamos dois fatores: 1) a abertura da Dama de Paus, uma boate distinta de todos os estabelecimentos de consumo existentes em Palmas; e 2) o surgimento da cena *Drag Queen* em Palmas, considerando as particularidades regionais, mas entendendo fundamentalmente a produção de vida e potência nesses dois elementos destacados.

Memórias sobre o “único lugar que existia para nós”

Pollak (1989) nos aponta para existência de fronteiras entre o dizível e o indizível, bem como inconfessável e inconfessável. Recompôr a história da noite LGBTI+, em Palmas, é preservar nossos “arquivos vivos” (BOURCIER, 2021) e buscar estreitar as fronteiras que separam uma “memória coletiva subterrânea” de uma “memória coletiva organizada” (POLLAK, 1989).

Entre nossas entrevistadas moradoras de Palmas há mais de quinze anos, os relatos sobre lugares como o Feitiço Tocantinense, que foi um bar de frequência LGBTI+ mas não assumidamente LGBTI+, assim como os desfiles de Carnaval na Avenida Teotônio Segurado, uma das principais da cidade, demonstram que antes mesmo da primeira boate LGBTI+ é possível localizar a existência de espaços de sociabilidade e resistência.

Uma das entrevistadas conta que antes da abertura da Dama de Paus – também chamada de D.P., Damas ou bar do *Jhonny* – um grupo de amigos incluindo o proprietário e fundador da D.P. viram a “necessidade de festas voltadas ao mundo GLBT”, passando a organizar festas mensais, “temáticas”. E a partir do êxito dessas festas é que “nasce o Damas”, localizado na Quadra 71, funcionou entre os anos de 2003 e 2010, próximo a mecânicas e lojas especializadas em automóveis, que não funcionavam após as 18 horas. E durante alguns anos foi “o único lugar de lazer” para as LGBTI+ em Palmas.

Na região da Quadra 71 também havia um “ponto de prostituição”, como nos contou uma entrevistada ao dizer que “na época desse ponto, foi quando ganhei mais dinheiro, mais deslumbrada com o glamour e foi a época que eu e umas travesti começamos a frequentar o Dama de Paus”. Ela nos conta, em tom de saudosismo, o significado da D.P. para as travestis e transexuais após o fim dos desfiles das escolas de samba no Carnaval da Avenida Teotônio Segurado:

[...] O mais importante para nós da Dama de Paus foi o *Jhonny* incluir as travestis e transexuais na cena gay da noite. Que a gente não era incluída. Ele ofereceu o espaço para a gente se apresentar várias vezes. Eu mesma não fui porque não faço show. Ele ofereceu para a gente se apresentar nos shows famosíssimos lá no Damas, do circuito nacional [...]. Foi bem importante nesse tempo, porque tinha acabado as escolas de samba do Carnaval e a galera ficou meio órfã da noite gay, aí veio o Dama de Paus. (INTERLOCUTORA E, 36 ANOS, 2016).

A Dama de Paus funcionou durante todo esse tempo, sem gerar grandes lucros ao proprietário e parte dos shows e atrações de gogo boys, gogo girls e *drag queen* eram pagos por amigos dele. Em alguns momentos, especialmente

próximos ao seu fechamento, a pessoas “faziam shows sem cobrar da casa” na tentativa de apoiar a permanência da boate na cidade. O espaço físico, segundo outro entrevistado, “era uma entrada de garagem” que seguia por um espaço aberto amplo depois de um “portão de garagem” que se abria.

[...] eu falei assim gente a pessoa fez a boate no quintal da casa dela né? Construiu um puxadinho, fez a boate e era assim toda de cimento, porque eu cheguei a ver as outras reformas pela qual o espaço foi passando, mas a princípio era bem rústico. E não tinha nada daquela coisa de você ter a obrigatoriedade de se arrumar meticulosamente como hoje a gente vê no espaço as pessoas muito mais preocupadas com essa questão da aparência, se você estivesse bem-vestido, se você tivesse de chinelo e bermuda vindo do domingo no parque você também podia frequentar e as pessoas estavam livremente assim [...]. (INTERLOCUTOR A, 50 ANOS, 2016).

Para quem acabava de chegar na cidade, como o caso de um dos entrevistados, que migrou de um centro urbano para Palmas, ainda no “armário”, a forma de “encontrar” ou “saber da existência” da Dama de Paus, foi através do bate-papo da UOL, afinal “era o espaço de viver, de vivenciar um único território”, para “brincar, conversar e beijar sem preocupação de apanhar”. E, observando contextos de “armários relativos”, como reflete Marcos Aurélio Silva (2017) em diálogo com Eve Sedgwick (2007), a Dama de Paus era para muitos, por ser um território guetizado, a única oportunidade para realização.

Outra característica destacada entre nossas interlocutoras, é de que a D.P. era frequentada por pessoas de várias idades, “de meninos novinhos até os mais velhos”. O convívio tranquilo entre homens e mulheres, com presença de “muitos casais hétero que buscavam parcerias para suas fantasias”, mas ao mesmo tempo nitidamente “delimitado como lugar gay a ponto de atrair curiosos”. Entre as interlocutoras auto identificadas como lésbica e travesti acrescenta-se a observação de que era um ambiente “mais masculino” ou “mais gay”. Uma delas apontou que a D.P. era seu lazer porque “não era um lugar para travesti buscar parceiros sexuais [...] porque o gay gosta de ficar com o gay”, enquanto

a outra nos disse que “as mulheres [lésbicas] iam mais quando tinha show da Gil de MPB ou quando tinha show de *gogo girls*”.

Com chão de cimento batido e dois banheiros que sequer tinham portas, se adentrava em uma casa adaptada de improviso, entre o corredor de entrada se via uma pequena pista com palco e um quarto – onde ficava o *dark room* – enquanto o bar estava no quintal dos fundos próximo a entrada e aos banheiros. Muitos de seus frequentadores conheceram a concepção de *dark room* na D.P., um dos entrevistados gays, nascido e criado em Tocantins, nos disse que a Dama foi para sua geração a primeira experiência de entrar em uma *dark*, mas especialmente de “ver [LGBT] se beijando, andando de mãos dadas”.

[...] Tinha dark room, eu acho que uma coisa boa na Dama de Paus é que não era nada camuflado, traziam show... e se era pra ser um show escrachado era, se era pra ter um strip, era um strip total. Não tinha aquela coisa de vamos tampar aqui e ali. [...] Mas um show que me marcou mesmo foi de sexo [entre homens cis] ao vivo, que eu nunca tinha visto na minha vida né? Então isso marcou, porque foi impactante e ao mesmo tempo foi legal ver. (INTERLOCUTOR C, 42 ANOS, 2016).

Eu me lembro de um show que teve, entre dois *gogo boys*, que eles fizeram cenas de sexo explícito, eu sabia que tinha no Rio de Janeiro, mas também nunca tinha visto e ver no Tocantins, aquilo me deixou assim surpreso, eu achava que nada aqui pudesse me chocar e chocou no sentido assim... caramba que coragem de ter trazido isso para cá [...]. (INTERLOCUTOR A, 50 ANOS, 2016).

A programação envolvia shows locais, alguns momentos “o pen drive do Jhonny” e eventualmente havia festas com atrações de outros estados, chegando inclusive a receber famosos como Elke Maravilha, ex-BBB Fernando Fernandes, Silvetty Montilla, Léo Áquila e Nany People. Mas a grande atração, segundo seu proprietário era o “inusitado” e seu compromisso em “quebrar tabu”.

Eu sempre gostei de um ‘inusitado’, diferente, entendeu? [...] Então era inusitado, o que que fazia sucesso no Damas? Era a criatividade, era o ir além... porque era assim: igual o sushi humano, era uma coisa que as pessoas falavam assim: meu Deus, esse cara é louco, por ele ter uma ideia de fazer isso. Você pegar uma menina muito bonita e um cara muito bonito, seminus e encher o corpo deles de fruta e tudo, e colocar para as pessoas comerem aquilo. Então aquilo era novidade que nenhum outro local tinha, por exemplo: a casa está cheia de gente e você está lá conversando, batendo papo com alguém, e de repente vem uma menina linda, pelada, saía e você ficava assim... e sumia. Aí o povo falava assim: uai, não entendi. Então isso era o inusitado da casa, era proporcionar uma coisa assim de quebra de tabu. (INTERLOCUTOR B, 42 ANOS, 2016).

Em uma reforma, o bar passou para frente do palco e em seus últimos meses, o *dark room* foi fechado e o bar ampliado, e uma área para mesas surgiu no quintal com a tentativa de criação de dois ambientes (*Dj DENTRO E MPB FORA*).

[...] no espaço que era pequeno você acabava reconhecendo a pessoa pelo seu pau porque, se você apertou aquele quando você sai vê a pessoa saindo num espaço proporcional, você [pensava]: “ah, eu peguei fulano!” Meio que o *dark room* sempre ficava vazio, curiosamente por isso, pelo espaço, todo mundo acaba se conhecendo então assim que você jogava era os caras que vinham esporadicamente na boate ou eles tinham a intenção de vender o seu próprio corpo e aí eles passavam e davam um chamariz no *dark* e saíam, aí para bicha poder ficar animada aí atrás e atrás dele [...]. (INTERLOCUTOR A, 50 ANOS, 2016).

Para todos/as entrevistadas/os a D.P. era considerada “popular” e do “povão”, mesmo após a tentativa de sofisticação em sua última reforma, quando também surge na cidade uma nova boate dedicada ao segmento LGBTI+, chamada The Cave, aberta por uma *Dj* lésbica que iniciou sua carreira na própria

Dama e que tinha um espaço maior, mais “com cara de boate e não de garagem” e ao mesmo tempo, “com mais tino de negócio, assim empresa mesmo, sabe?”. E ao mesmo tempo, “mais higienizada” e restritiva às “travestis” e pessoas “alternativas, que muitas vezes buscam esses espaços para curtir outras coisas”. No caso aqui, o “curtir outras coisas” mencionado por um dos entrevistados envolvia desde “sexo dentro dos cômodos da boate” até “uso de drogas ilícitas”, que segundo ele não era permitido na D.P., mas como ela funcionava de forma “mais caseira” e com no máximo um profissional de segurança, “a equipe da D.P. nem sempre dava conta de algumas coisas que rolavam”.

O Damas ser um local de amigos, família e tudo, era final de ano. Todo mundo já ficava esperando pela questão de finais de ano, porque sabia que no Damas ia ter um local para quem não tem família, pra quem não tem parente e então o que que a gente fazia: a gente inventou a ‘bicha secreta’. Era muito engraçado a ‘bicha secreta!’ [...] A casa era aberta para quem chegasse lá, a gente já divulgava e convidada. E todo mundo que chegava participava da ceia com a gente, porque na verdade eram os amigos, o final de ano que eles tinham e que a gente tinha também, porque a gente não tinha parente aqui e não tinha lugar para ir. Muitos deles moram só, num quartinho, paga aluguel, tudo, não tem família por perto... e era um lugar onde eles encontravam lá a ceia, encontravam nós, amigos, brincavam e tudo e mais. (INTERLOCUTOR B, 42 ANOS, 2016).

[...] E o ingresso era mais barato, mais acessível e a gente tinha um pouco de mais qualidade, não tinha uma megaestrutura, mas tinha mais conteúdo [que hoje]. (INTERLOCUTOR C, 42 ANOS, 2016).

A questão geracional é levantada por um entrevistado de 50 anos que nos conta que talvez esse também fosse um elemento no fechamento da D.P., já que “as novas gerações têm outra *vibe*, outros interesses”. A D.P. para ele “era mais voltada para um nicho familiar”, enquanto as que surgiram depois, “como a The Cave e o Lanterna”, teriam um interesse mais “empresarial”.

Eu tenho meus espaços mais definidos entre amigos, sou mais caseiro de vez em quando eu saio ou não, porque é diferente assim a gerações foram passando, eu já não me vejo mais... nessa altura do campeonato já não me vejo tão inserido nesse espaço, nesse movimento acho que eu busco mais os espaços de militância ou então essa imagem da busca dos direitos mesmo da inserção. Então quando eu vou para um espaço desse hoje é mais para relaxar mesmo ou para rever as pessoas que ainda frequentam porque tem muita cara nova e tal. (INTERLOCUTOR A, 50 ANOS, 2016).

O surgimento da The Cave, do Lanterna e o fechamento da D.P. nos oferecem caminhos de análise sobre como a saída do gueto acontece também mediada por processos de assimilação das normas sociais, e, em certa medida, de uma higienização dos espaços. Se recuperarmos a luta por direitos LGBTI+ no Brasil, podemos observar que o fluxo dos avanços de reconhecimento dos direitos LGBTI+ (IRINEU, 2019) coincidem com o período de fechamento da Dama de Paus. É como se não houvesse mais espaço para aquele reduto improvisado, “quase secreto” e ao mesmo tempo “liberado” e ele precisava dar lugar a um espaço mais visível, comercial, e, por consequência mais homonormativo.

A efervescência da Dama de Paus, o surgimento do GIAMA (Grupo Ipê Amarelo pela Livre Orientação Sexual) e criação da Universidade Federal do Tocantins, entre os anos de 2002 e 2003, foram fundamentais para formação de outros espaços de sociabilidade e luta que existiram em Palmas e região, o que movimentou a realização da primeira Parada do Orgulho, (IRINEU E RODRIGUES, 2014) e, posteriormente a realização de um acampamento de lésbica e mulheres bissexuais, entre os anos de 2010 e 2016, que chegou a reunir 50 participantes, “Acampa Sapa”, bem como as caminhadas do orgulho, em Porto Nacional, que ocorriam no Carnaval, realizado pelo Bloco Choque, um bloco LGBTI+, que também realizava uma partida de futebol entre gays, lésbicas e travestis, entre os anos de 2009 e 2013.

Além disso, todo esse movimento político-cultural da primeira década deste século, também se articula com o crescimento e interiorização das ONG LGBT e das paradas no Brasil, surgimento das políticas públicas específicas e

ampliação da participação social LGBTI+ (IRINEU, 2019). Neste bojo, um dos legados que a Dama de Paus imprimiu em Tocantins relaciona-se diretamente com o surgimento e promoção da cena *drag queen*.

A cena *Drag Queen*

De acordo com João Silvério Trevisan (2018), é nos anos de 1990, que o termo *drag queen* chega ao Brasil. O uso do termo em inglês, passou a substituir o termo “transformismo”, popularizado especialmente pelos programas do canal SBT (SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO). Esse termo deu sentido a *drag* como uma arte voltada para um entretenimento que envolvia dublagens, dança vogue, esquetes de comédia, roupas extravagantes e uso linguagem própria do público LGBTI+, como o pajubá (AMANAJÁS, 2014).

Muito distante do momento que vivemos hoje, com Pablo Vittar e Glória Groove, dominando streamings nas redes sociais, a Dama de Paus produziu e inseriu Palmas na cultura *drag*. Natasha Pepper, Talyta Ohara e o próprio Jhonny se montavam para se apresentar no palco da D.P. e durante a conversa, ele rememora que o primeiro show de Rogê – falecido em 2016 – foi em um “lual no estacionamento”, onde ele dublaria a música “I’ll survive”. E, sem muito conhecimento e técnica de montagem, eles compraram meia-calça infantil e marabus para artesanato, para fazer a peruca dele, “porque não tínhamos conhecimento” e “não tinha matéria-prima” em Palmas, nos contam dois dos entrevistados:

Não tinha como a gente arrumar. E como é que eu vou fazer o show? Pegou um vestidinho velho, eu lembro direitinho, marronzinho com a manga bufante... horroroso! Eu não sei nem onde a gente arrumou aquele vestido. Pegou uma sacolinha do Boticário, cortou a foto de um homem pelado e colocou dentro... e na hora do show a gente criou ali, criou o nome Natasha Pepper... e fez o show! A música “I Will Survive”, “Tá chovendo homem”, jogando aqueles papeizinhos pra cima e daí começou! Ele fazendo show caricato [...]. (INTERLOCUTOR B, 42 ANOS, 2016).

[...] Para você tentar se transformar numa drag ou chegar perto de uma mulher ou um estereótipo de uma mulher é muito complicado. Eu tiro por mim quando vou em parada gay, que vou me montar, o que eu gasto, o tempo que eu passo maquiando, cabelo, roupa, costureira, é muita coisa. Então acho que assim, é meio difícil. [...] Para você montar uma roupa de qualidade, é muito caro. Se você quiser uma peruca natural você não acha, tem que pedir de fora, um salto você tem que pedir de fora, roupa, maquiagem, então é complicado, não é barato. Para quem quer chegar e parar o trânsito, né? Se você quiser ir de qualquer jeito você consegue qualquer coisinha. (INTERLOCUTOR C, 42 ANOS, 2016).

E a partir desse momento, as apresentações passaram a ter constância na agenda de atrações. O aprimoramento da “montação”, segundo ele, ia sendo feito a partir de trocas e dicas que eles colhiam com as *drag queen* contratadas de fora do Tocantins. Entre muitos risos, ele nos contou que:

[...] o primeiro truque de maquiagem que foi feito com ele, que a gente fez foi... a gente não sabia como que trucava as sobrancelhas, que a gente fala, né? Foi com sabonete, na hora que a bicha estava fazendo show a sobrancelha dela já estava desmanchando toda, porque ninguém tinha conhecimento disso... até que começou aprimorar. (INTERLOCUTOR B, 42 ANOS, 2016).

Cabe ressaltar que em grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, as *drag queens* ganharam maior aceitação por trazerem consigo elementos do campo lúdico e satírico, que as transformistas caricatas do carnaval possuíam. Fazendo com que as *drag queens* frequentassem espaços não tão usuais, como “(...) as concorridas festas de socialites, shows beneficentes e colunas sociais da grande imprensa.” (TREVISAN, 2018, p. 237). A exemplo disso, identifica-se que “(...) Salete Campari, Silvetty Montila, Nany People e Dimmy Kier, construíram suas carreiras em cima de personagens cômicas, irreverentes e queridas pelo público de vários grupos sociais”. (AMANAJÁS, 2014, p. 20).

Silva (2017), apoiando-se no conceito de “humor *camp*”, nos ajuda a entender a relação entre drag queen caricata e a comédia, quando diz que nos territórios

LGBTI+ prevalece o “deboche” as normas e a ambiguidade de gênero, acentuando o caráter ficcional, que desestabiliza os discursos binários, tão potente quanto as mobilizações mais institucionalizadas na cultura política urbana.

Entre todas as entrevistas, a memória coletiva do “deboche” ou da “caricatura do feminino” na *drag queen* e trazida com afeto e nostalgia de tempo em que tê-las na noite era “fundamental”, como disse um dos interlocutores.

E hoje nas boates em Palmas você quase não vê mais, as *drags* que chegavam e arrebatavam, davam close, todo mundo parava para tirar foto, sabe? [...] E hoje a gente perdeu um pouco disso. Depois do Dama de Paus as *drags* parece que ficaram tímidas. A D.P. dava esse suporte, as bichas que iam montadas não pagavam entrada, e isso era um atrativo para ter mais *drags*. Elas se montavam, e você via muita *drag*, era muita alegria. (INTERLOCUTOR C, 42 ANOS, 2016).

A Dama de Paus, embora precária e improvisada, tinha uma capacidade de acolhimento destacada por todas/os entrevistas/os. Em uma conjuntura onde os regimes de visibilidade e invisibilidade se configuravam de maneira distinta da atualidade em que a LGBTIfobia, por exemplo, tornou-se crime passivo de punição legal. Em 2003, quando a D.P. surge em Palmas, homofobia ainda era um termo pouco conhecido entre o movimento social, que passa a entrar na agenda governamental anos depois.

Inclusive alguns frequentadores foram vítimas de crimes homofóbicos e que eram superdivertidos como o Paulo, Paulo Sérgio que frequentavam a pessoa alto astral e a gente tinha, a gente criava um laço de amizade né, de se preocupar ou de saber um pouco da vida do outro [...]. (INTERLOCUTOR A, 50 ANOS, 2016).

As transformações sociais relacionadas as demandas dos movimentos sociais LGBTI+, embora no limiar da assimilação das normas, trouxeram importantes avanços jurídico-legais, como a garantia de isonomia na doação de sangue e da alteração do registro civil por pessoas trans.

Mudou muito, porque eu sou da época que travesti era uma coisa considerada assim, uma coisa muito diferente de todo mundo, ou era muito criticada ou muito assediada. As pessoas tinham como a palhaça do lugar, ou como a boba da corte, ou uma coisa demoníaca. Sou do tempo que as pessoas jogavam pedras, às vezes já sabendo que iam falar. A gente sai as ruas sabendo que ir ao posto de conveniência, comprar alguma coisa e era malvista. [...] porque hoje em dia, a gente sai um pouco mais tranquilas, a gente vai no barzinho, na lanchonete, no restaurante. Eu não acho que o preconceito diminuiu não, mas acho que as pessoas estão aprendendo que tem que respeitar. É que hoje em dia a mídia está colocando na cabeça delas que é brega, é feio ter preconceito, então as pessoas estão se contendo, respeitando, mas a gente vê que elas ainda comentam quando a gente vira as costas. Acho que eles vão ver a gente sempre como diferentes. [...]. Interlocutor E, 36 anos, 2016).

Deste modo, como aponta a interlocutora acima, é nítido que as mobilizações e disputas impactaram profundamente no cotidiano das pessoas LGBTI+ nos últimos 40 anos desde o surgimento do movimento LGBTI+ (IRINEU, 2019) nos grandes centros urbanos, e, especificamente, nos últimos 20 anos de quando nasce a Dama de Paus, em Tocantins. Todavia, cabe enfatizar que as falas que expusemos aqui, foram coletadas antes das eleições de 2018 e da ascensão do bolsonarismo, que em 2016 e 2017 já dava pistas no episódio da presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal nas mãos do deputado conservador Marco Feliciano.

Ainda assim, as falas versam sobre uma memória LGBTI+ denunciadora de um contexto interiorano “naturalmente conservador” sem que as interlocutoras e os interlocutores muitas vezes não percebam as negociações que produzem na construção de uma sociabilidade mais plural e diversa daquela que acreditam estar estabelecida no interior. À exemplo, pode-se notar um certo espanto do Interlocutor A (50 anos e migrante advindo do Rio de Janeiro) com um show de sexo ao vivo. Ou mesmo na fala do Interlocutor C (42 anos, nascido e criado no interior tocantinense) sobre os desafios e custos da *montação drag*

queen em contexto de precariedade de produtos de maquiagem e figurino. É possível que o fato de não perceberem como negociam com o “conservador” e o “progresso” em suas próprias movimentações que alteram essa realidade tomadas exclusivamente como conservadora, seja produto dos conflitos entre assimilação e ruptura com as normas sociais. Não obstante, as falas que mais reverberam um certo reconhecimento de “transformação na realidade conservadora” venham da entrevistada auto identificada como travesti.

A irreverência, a estilização, o precário e o deboche, como nos mostrou a história da Dama de Paus, são uma força avassaladora em contextos interioranos, como Palmas e são suficientes para nos mostrar que há produção de resistência LGBTI+ em contextos interioranos. Mediados pela gestão do segredo (PASSAMANI, 2019) em alguns âmbitos da vida social, mas com habilidade para colocar as normas pelo avesso. Anos após o fechamento da Dama de Paus, muitas boates e bares chegaram a ser abertos por pessoas que frequentaram a DP, todas resistiram por um curto tempo, mas sempre preservando um sentido de resistência naquele território.

Em 2015 é inaugurado o bar Serreal, que passa a reunir arte, performances teatrais, músicas regionais do Norte, karaokê, gincanas e atividades políticas organizadas por movimentos sociais, com preços de entrada e consumo acessíveis a estudantes e trabalhadores. Como perspectiva inovadora o bar se manteve aberto por quase 3 anos, fechando as portas após inúmeras batidas policiais, que visavam controlar entrada de adolescentes (menores de 18 anos) e consumo de álcool e outras drogas.

Para uma mulher ou para um gay e uma lésbica poderem se divertir numa noite pode ser uma coisa difícil, porque pode sofrer repressão por estar beijando seu companheiro ou sua companheira. Ou uma mulher que quer dançar até o chão e tem um homem que dá em cima dela, por exemplo. A gente quer é um lugar em que as pessoas possam ser quem elas são. [...] a Serreal foi pensada como um bar dirigido por valores feministas, antirracistas e pró-LGBT (INTERLOCUTOR F, 24 ANOS, 2016).

A fala acima denuncia um paradoxo entre lazer-consumo x diversidade, que demonstra quem pode ou não ocupar um espaço privado de lazer, bem como quais os espaços possíveis para corpos e vivências diversas nas cidades. Essa realidade não se dá apenas no âmbito dos espaços privados, como reproduzem lógicas institucionais públicas que se distingue quando tratamos de arquivos de outros grupos sociais. Daí o desafio de escavar memórias coletivas produzidas em ocupações eventuais de espaços públicos ou privados como festas, boates e bares para produção do arquivo LGBTI+.

A gestão da diversidade nos espaços nos remete ao estudo de Tony Boita (2020), que em suas reflexões sobre processos museológicos contemporâneos, aponta para urgência de diversidade nos olhares sobre as memórias e a importância de apostarmos em transformações nas instituições político-culturais através das resistências.

À guisa de conclusão

Em todo esse processo de construção de memória, muitas lacunas e perguntas nos interpelam, dentre elas o fato de uma proeminência de histórias de gays cisgêneros (majoritariamente brancos) em um território marcadamente racializado como Tocantins, o que nos indicam a necessidade desafiar a produção de arquivo LGBTI+ a pensar e recompor histórias e memórias com maior pluralidade de sujeitos. Isso lança luz a outras produções audiovisuais, que foram desenvolvidas posteriormente ao documentário retratado aqui, e que trataram de memórias lésbicas e trans na mesma região, em parte como continuidade deste projeto mais amplo de preservação da memória LGBTI+.

Para avançar na memória coletiva, é preciso levar em conta o que Paul Ricoeur (2007) considerou ao afirmar que a história engloba acontecimentos mais amplos que a memória, todavia a história não tem força reparadora frente as memórias dolorosas. A história abre distintas perspectivas interpretativas sobre os acontecimentos promovendo mal-entendidos entre conhecimento histórico e memória. Logo a memória coletiva não está privada de recursos críticos, porque quem faz a memória coletiva são os sujeitos produtores da história. De modo que, ao tomarmos a memória como dever ou reivindicação,

precisamos entender que ela deve ser feita pelas vítimas como justiça e reparação histórica ao esquecimento que produz o apagamento de inúmeras histórias coletivas e ferem ao produzir uma história excludente.

O estudo em questão resultou de um projeto integrado de extensão e pesquisa, cuja motivação se fez em contexto de reduzida preservação da memória LGBTI+, com especial ausência de uma cultura musear oficial ou mesmo dissidente (BOITA, 2020), como se desenhava o Tocantins há mais de 5 anos atrás. Apesar de produzir um documentário audiovisual que reverberasse parte do arquivo LGBTI+ local, este texto em particular buscou refletir sobre migração e deslocamentos em contextos interioranos a partir da memória de 6 pessoas LGBTI+ que foram nossas interlocutoras.

A partir de suas vivências, especialmente centradas no período de existência da boate palmense Dama de Paus, pudemos observar como as vivências LGBTI+ estão imbuídas em paradoxos como consumo-lazer, enquanto as memórias que remetem a infância e juventude vividas entre os anos de 1980 e 1990, elencam sentidos que se opõem entre violências-resistências, que determinaram processos de migração para capital do estado, Palmas, por violência ou por necessidade de oportunidades de trabalho, que envolvem condições de vida, que também vão operar as formas e produções de resistência constituídas em Tocantins após aos anos 2000 a partir da criação das primeiras organizações de militância e espaços de sociabilidade LGBTI+.

Preservar e defender nossos arquivos e nossa memória coletiva é tarefa fundamental em tempos de apagamento, desinformação e extermínio. Produzir isso a partir da coprodução entre universidade e movimentos sociais, neste momento em que a ciência e as universidades têm sido profundamente atacadas, também eleva nossa responsabilidade coletiva enquanto pesquisadoras/es e ativistas.

O documentário, como artefato audiovisual, se torna uma estratégia potencialmente relevante de comunicação dessa memória coletiva a ser defendida, preservada e compartilhada. A integração entre pesquisa e extensão, com compromisso ético e político, mas sem grandes recursos orçamentários, somam-se a esse grande desafio de produzir políticas de vida, em tempos de políticas de morte.

Referências

ALMEIDA, G. da S; PILAR, A; GEBRATH, Z. As relações de trabalho como um aspecto da assistência à saúde de pessoas trans. In: COELHO, M. T. Á. D; SAMPAIO, L. L. P. **Transexualidades: um olha multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014.

AMANAJÁS, Igor. Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. **Revista Belas Artes**, v. 6, n. 16, p. 1-24, set./dez. 2014.

BOITA, Tony. **Museologia LGBTI: cartografia das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

BOURCIER, Sam. Les politiques de l'archive vive. **REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. V. 3, N. 12 (2020). Disponível em < <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12093>>. Acesso em 07. Nov. 2021.

FRANÇA, Isadora L. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horiz. antropol.** 13 (28), Dez 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/5qP9XwyCXSHKkHfkYzhjzy/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 11 Dez. 2021.

GONTIJO, Fabiano. As experiências da diversidade sexual e de gênero no interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 1, Mar. 2017, p. 50-53.. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000100017&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Fev. 2022. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000100017>.

DINIZ, Débora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Cien. Saúde Coletiva**, 13 (2), abr-2008. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000200017>. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/csc/a/QDNVw9nGF7X7b8Kf4LNvRVs/?lang=pt#>>. Acesso em 09 Jan. 2022.

IRINEU, Bruna A.; RODRIGUES, Mariana M. Militância LGBT, Memória e Extensão Universitária: reconstruindo histórias de resistência a partir da produção de um documentário em Palmas/Tocantins. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30082>. Acesso em: 26 jan. 2022.

IRINEU, Bruna A. **Nas tramas da política pública LGBT**: um estudo crítico acerca da experiência brasileira (2003-2015). EDUFMT: Cuiabá, 2019.

LOPES, Moisés Alessandro de Souza. Algumas observações sobre as homossexualidades em Contextos Interioranos: lançando questões de fora dos centros. **Amazônica**: Revista de Antropologia, v. 8, 2017, p. 24-37.

MEMÓRIAS (In)Visíveis: retratos do Tocantins LGBT. Direção de Bruna Andrade Irineu. Palmas: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos – UFT, 2014. Disponível em: < <https://youtu.be/kArjWm2Lo0g>>.

NO AVESSO da noite de Palmas. Direção de Bruna Andrade Irineu. Palmas: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos – UFT, 2017. 1 vídeo (27 min.). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=r634OOB4PkI&t=14s>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

PASSAMANI, G. R. Envelhecimento e velhice: a experiência de pessoas com condutas homossexuais no Pantanal de Mato Grosso do Sul - Brasil. **Áries** - Anuário de Antropología Iberoamericana, v. 1, 2019, p. 1-30.

PERLONGHER, Néstor. Territórios marginais. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo. **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: EDUNESP, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3 ,1989.. Disponível em < http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 30 Dez.2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, 28, 2007, p. 19- 54.

SILVA, Marco Aurélio. "Tatuagem, deboche e carnaval? Algumas reflexões sobre a política LGBT contemporânea a partir de uma antropologia do cinema e de uma festa que não existe mais". **Teoria e cultura**, v. 12, n. 2, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12310>. Acesso em 15/12/2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018. 728 p.

Recebido: 23/03/2022

Aceito: 30/04/2022